



Luz de Cataguases S.A.

CNPJ: 49.523.966/0001-00

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Luz de Cataguases S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações do fluxo de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Luz de Cataguases S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Cataguases, 4 de junho de 2025

Diretoria executiva

Francisco Scroffa
Rogério Mohallem

Diretor-Presidente
Diretor

Cargo

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Luz de Cataguases S.A.

Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Cataguases S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luz de Cataguases S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.162	4
Contas a receber	4	386	1.807
Ativo contratual da concessão	5	357	348
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	962	120
Outros tributos compensáveis		-	23
Adiantamento a fornecedores	7	1.871	455
Total do ativo circulante		4.738	2.757
<u>Ativo não circulante</u>			
Ativo contratual da concessão	5	8.563	4.638
Imobilizado		111	-
Intangível	8	1.596	1.596
Total do ativo não circulante		10.270	6.234
Total do ativo		15.008	8.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	8.306	1.101
Empréstimos e financiamentos	10	1.138	978
Obrigações por arrendamentos	11	26	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6	-	770
Outras obrigações fiscais		39	49
Dividendos a pagar	14	380	380
Outras obrigações	12	-	1.596
Total do passivo circulante		9.889	4.874
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos	11	91	-
Tributos diferidos	19	65	17
Total do passivo não circulante		156	17
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	14	4.800	2.880
Reserva de lucros		163	1.220
Total do patrimônio líquido		4.963	4.100
Total do passivo		15.008	8.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	16	5.495	6.684
Custo	17	(6.248)	(4.268)
Lucro bruto (prejuízo)		(753)	2.416
Despesas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(31)	(1)
Total despesas operacionais		(31)	(1)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(784)	2.415
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		9	1
Despesas financeiras		(234)	(28)
Total do resultado financeiro		(225)	(27)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(1.009)	2.388
Imposto de renda e contribuição social	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(48)	(18)
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		(48)	(788)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.057)	1.600
Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	15	(0,2202)	0,3333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.057)	1.600
Total dos resultados abrangentes do exercício	(1.057)	1.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Prejuízos acumulados	
Resultado abrangente total:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.600	1.600
Transações com os acionistas						
Integralização de capital	4.800	(1.920)	-	-	-	2.880
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(380)	(380)
Mutações internas do patrimônio líquido						
Reserva legal	-	-	80	-	(80)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	1.140	(1.140)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.800	(1.920)	80	1.140	-	4.100
Resultado abrangente total:						
Prejuízo exercício	-	-	-	-	(1.057)	(1.057)
Transações com os acionistas						
Integralização de capital	-	1.920	-	-	-	1.920
Mutações internas do patrimônio líquido						
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	(1.057)	1.057	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.800	-	80	83	-	4.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.057)	1.600
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	28	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(888)	(156)
Juros sobre obrigações de arrendamento	14	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	160	17
Tributos e contribuições sociais diferidos	48	17
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber	1.421	(1.807)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(842)	(120)
Outros tributos compensáveis	23	(23)
Adiantamento a fornecedores	(1.416)	(455)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	7.205	1.101
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(55)	770
Outras obrigações fiscais	(10)	49
Outras obrigações	(1.596)	1.596
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(13)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(715)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.307	2.589
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo contratual	(3.046)	(4.830)
Adições para ativo intangível	-	(1.596)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.046)	(6.426)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Integralização de capital	1.920	2.880
Captação de empréstimos e financiamentos	-	961
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(23)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.897	3.841
Variação no caixa líquido	1.158	4
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.162	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Luz de Cataguases S.A. (“Luz de Cataguases”), sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Enel X Brasil S.A., com sede no município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, constituída em 8 de fevereiro de 2023, tem como objeto social a prestação de serviços relativos à eficiência, operação e manutenção da Iluminação Pública e da implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e usina fotovoltaica do município de Cataguases, nos termos do Contrato de Concessão, firmado com este município, conforme o Edital de Concorrência Pública 002/2022.

Em 16 de novembro de 2022 foram abertos os envelopes para licitação de eficiência e manutenção da infraestrutura de telecomunicações do município de Cataguases. Na ocasião o consórcio liderado pela Enel X Brasil S.A. apresentou a melhor proposta. Consórcio liderado pela Enel X Brasil S.A. foi homologado vencedor em 14 de dezembro de 2022, assinado o contrato em 15 de fevereiro de 2023, e assim iniciando a fase pré-operacional. Em 16 de fevereiro de 2023 foi publicada a ordem de serviço para início da execução dos serviços. A Companhia opera sob contrato de concessão firmado com a Prefeitura de Angra dos Reis, pelo prazo de 25 anos. O contrato tem marcos estabelecidos que representam as entregas definidas em contrato. A tabela a seguir demonstra os marcos relacionados a eficiência e modernização:

Marcos	Conclusão realizada / prevista
1º marco	Concluído em janeiro de 2024
2º marco	Concluído em julho de 2024
3º marco	Previsto para maio de 2025

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de junho de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 5 – Ativo contratual da concessão;
- Nota 8 – Intangível;
- Nota 13 – Provisões para processos judiciais;
- Nota 16 – Receita de operação e manutenção – O&M e receita de construção;
- Nota 19 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e
- Nota 21 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	1.162	4
Total	1.162	4

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com serviços prestados, registrado pelo valor de custo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	31.12.2024
Clientes	386	386
Total	386	386

	A vencer	31.12.2023
Contas a receber	1.807	1.807
Total	1.807	1.807

O saldo a receber corresponde a serviços prestados, que são recebidos através de contraprestações, no âmbito do contrato de Parceria Público Privada (PPP), firmado com a Prefeitura de Cataguases, em concorrência pública nº 002/2022. As faturas são liquidadas normalmente em até 30 dias após o mês de sua ocorrência. As contraprestações são mensais, garantidas pela Contribuição de Iluminação Pública ("CIP"), por esta razão não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

5. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão, corresponde aos direitos da Companhia obtidos com os serviços de modernização prestados e não faturados, uma vez que o recebimento da contraprestação depende do atingimento de performance estabelecidas no contrato, reconhecido em contrapartida da receita de construção.

A mensuração do valor da reclassificação para contas a receber ocorre periodicamente, e corresponde ao valor da contraprestação mensal, descontando-se a receita de operação e manutenção (O&M), uma vez que neste momento a Companhia obtém o direito incondicional sobre o desempenho e execução da modernização correspondente. As alterações relevantes nos valores ou no cronograma contratual são tratadas como mudança de estimativa contábil, de acordo com o CPC 23.

Conforme determinado pelo CPC 47 existe um componente de financiamento significativo no contrato e por conta disso os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco de crédito do cliente.

A atualização do ativo de contratual é realizada com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 1.01% ao mês.

A Companhia avalia o ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, mensurando, apresentado e divulgando da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

Uso de estimativas

Provisão para perda do valor recuperável do ativo

Os ativos de contrato relacionam-se principalmente ao direito decorrente do contrato de concessão de serviço público a entidades do setor privado. Na data das demonstrações financeiras não houve qualquer impacto sobre os ativos de contrato relacionados com os serviços de implementação da infraestrutura, e receita de operação e manutenção uma vez que a Companhia está cumprindo todas as suas obrigações contratuais.

Para o ativo de contrato o teste do valor recuperável dos ativos ("Impairment") deverá ser feito sempre que houver indicativo de acordo com os requerimentos do CPC 01. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial		4.986	-
Adições		3.046	4.830
Atualização financeira		888	156
Saldo final		8.920	4.986
Circulante		357	348
Não circulante		8.563	4.638

6. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de dezembro de 2024, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	1.294	102
Contribuição social	423	18
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	15	-
	1.732	120
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(560)	(560)
Contribuição social	(210)	(210)
	(770)	(770)
Total	962	(650)

7. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o montante de R\$ 1.871 (R\$ 455 em 31 de dezembro de 2023), relacionado a adiantamento a fornecedores, referente a antecipação concedida aos fornecedores pelos contratos de construção do projeto de modernização.

8. Intangível

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Entidade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo remanescente do contrato de Parceria Público Privada (PPP), líquido de seus valores residuais estimados, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado do exercício.

Uso de estimativas

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. A Companhia não identificou eventos que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A amortização é reconhecida pelo prazo remanescente do contrato de 25 anos.

A movimentação do intangível é conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>		
Direito de uso da concessão	1.596	1.596
Total	1.596	1.596

	31.12.2022	Adições	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>			
Direito de uso da concessão	-	1.596	1.596
Total	-	1.596	1.596

O saldo refere-se, principalmente, ao custo com estudos de viabilidade de projeto de iluminação pública para processo licitatório.

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços		6.402	1.101
Materiais e serviços - partes relacionadas	20	1.904	-
Total		8.306	1.101

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

10.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

		Circulante		31.12.2024	Circulante		31.12.2023
	Nota	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda nacional - partes relacionadas	20						
Mútuo I - Enel X Brasil S.A.		961	177	1.138	961	17	978
Total		961	177	1.138	961	17	978

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Captações	961
Encargos provisionados	17
Saldo em 31 de dezembro de 2023	978
Encargos provisionados	160
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.138

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo I - Enel X Brasil S.A.	961	21/11/23	31/01/25	CDI + 5,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Não

Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

As linhas de empréstimos contratadas pela Companhia não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros e/ou não financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Obrigações por arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques eólicos.

Na tabela a seguir estão apresentadas as informações dos contratos de arrendamento, como vencimento, prazo remanescente, tipo de amortização e a taxa implícita de juros.

	31.12.2024	31.12.2023	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Taxa de desconto
Obrigações de arrendamento						
Imóveis	117	-	31.12.2028	48	Mensal	11,14% a.a.
Total	117	-				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

31.12.2024

Principal Juros Total

Obrigações de arrendamento

Até um ano - 2025	36	(10)	26
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	109	(18)	91
Até 2 anos - 2026	36	(10)	26
Até 3 anos - 2027	36	(5)	31
Até 4 anos - 2028	34	(2)	32
Até 5 anos - 2029	3	(1)	2
Total	145	(28)	117

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adições	-	139	139
Pagamentos - principal	(23)	-	(23)
Pagamentos - juros	(13)	-	(13)
Transferências	48	(48)	-
Encargos provisionados	14	-	14
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26	91	117

12. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o montante a pagar de R\$ 1.596 para a controladora Enel X Brasil, referente ao custo com estudos de viabilidade de projeto de iluminação pública para processo licitatório (nota explicativa nº 20). Esse saldo foi totalmente liquidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

13. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

O capital social é de R\$ 4.800 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal com a composição acionária a seguir:

		31.12.2024		31.12.2023	
	Nota	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A	13	2.880.000	60,00%	2.880.000	60,00%
Selt Engenharia Ltda.	13	1.920.000	40,00%	1.920.000	40,00%
Total		4.800.000	100,00%	4.800.000	100,00%

14.2. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

14.3. Reserva para reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do estatuto social da Companhia.

14.4. Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.057)	1.600
(-) Reserva legal	-	(80)
(+) Reversão reserva para reforço de capital de giro	1.057	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	-	1.520
Dividendo mínimo obrigatório	-	(380)
Reserva para reforço de capital de giro	-	(1.140)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R\$ 1.600, que após a absorção dos prejuízos acumulados no montante de R\$ 80, perfaz um lucro líquido de R\$ 1.520, sendo que desse o montante: R\$ 380 como reserva legal, R\$ 645 em forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 1.140 na forma de reserva para reforço de capital de giro.

14.5. Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	380	-
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendo mínimo obrigatório	-	380
Saldo final	380	380

15. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.057)	1.600
Número de ações	4.800.000	4.800.000
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,2202)	0,3333

16. Receita líquida

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

implementação da infraestrutura, e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

O contrato é regido por documento formal que estabelece níveis de desempenho, mecanismos de ajuste de preços e resolução de conflitos por via arbitral. Tal contrato pode ser descrito como “construir-operar-transferir” ou “recuperar-operar-transferir” ou contrato de concessão de serviço público a entidades do setor privado, conforme disposto no Item 2 do ICPC01. O poder concedente regulamenta os serviços que devem ser prestados pela Companhia, diretamente às prefeituras de cada município, durante todo o período do contrato de concessão, que são os serviços de modernização da infraestrutura bem como a operação e manutenção da infraestrutura modernizada. Considerando que o concessionário presta serviços de construção ou de melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário está sendo reconhecida com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

É relevante destacar que, em caso de atrasos na conclusão dos marcos acordados com o Poder Concedente, os riscos e eventuais penalidades serão assumidos e suportados pela Concessionária. Isso implica que o valor total do contrato e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita ao longo da execução do contrato deve ser reavaliado periodicamente pela Administração, considerando qualquer impacto decorrente de atrasos ou mudanças nas circunstâncias contratuais.

	Nota	2024	2023
Receita de serviços	16.1	202	1.886
Receita de operação e manutenção - O&M	16.2	1.613	-
Receita de construção	16.3	3.046	4.831
Atualização financeira	16.4	888	156
Receita operacional bruta		5.749	6.873
<u>Deduções da receita</u>			
COFINS		(161)	(155)
PIS		(35)	(34)
ISS		(58)	-
Total deduções da receita		(254)	(189)
Total		5.495	6.684

16.1. Receita de serviços

A Companhia reconhece como receita os valores provenientes da prestação de serviços conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, sendo a receita reconhecida à medida em que as obrigações de performance são satisfeitas, ou seja, conforme os serviços são prestados e os benefícios são transferidos ao cliente.

No contrato com a prefeitura, estão previstos outros serviços de iluminação pública, que estão relacionados ao contrato de Parceria Público Privada – PPP. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou, principalmente, serviços para a iluminação de Natal, do município de Cataguases.

16.2. Receita de operação e manutenção – O&M

O contrato de Parceria Público Privada – PPP contém duas obrigações de desempenho:

- Serviços de operação e manutenção – O&M: reconhecido com base nos custos incorridos, sem adição de margem (margem zero); e
- Serviços de construção: determinado por meio do custo incorrido (conforme nota 16.3).

Essa abordagem reflete a natureza contínua dos serviços de O&M, cujo valor não foi previamente definido no contrato, estando limitado à recuperação dos custos necessários para manter a operação da infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

O cumprimento da obrigação de desempenho no caso dos serviços de O&M ocorre quando o poder concedente pode se beneficiar de forma isolada desses serviços, visto que ele mantém a infraestrutura funcionando de forma plena e eficaz e em fases distintas, ou seja, em momento específico de tempo e na medida em que os custos são incorridos.

16.3. Receita de construção

A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. No tocante a definição da margem, a Companhia determinou margem apropriada para esse tipo de transação, 10% do total dos custos.

O cumprimento da obrigação de desempenho ocorre quando o poder concedente (cliente) pode se beneficiar, de forma isolada, dos benefícios econômicos, que pode ser qualificado como sendo a transferência dos ativos vinculados à concessão, onde toda essa infraestrutura modernizada será transferida para o seu poder e ele poderá usufruir dos benefícios das benfeitorias realizadas.

Anualmente a Companhia revisa as estimativas de custos incorridos e previstos com a execução das obras de construção da modernização da infraestrutura, com o objetivo de assegurar a razoabilidade da margem de 10% adotada na mensuração da receita de construção. Essa revisão visa garantir a aderência da margem aos parâmetros definidos na política contábil da Companhia, bem como assegurar sua continuidade ao longo do tempo, considerando os custos efetivos e as condições contratuais vigentes. Quaisquer ajustes identificados em decorrência dessa reavaliação são reconhecidos prospectivamente, conforme previsto no CPC 48.

Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato. Não há passivos de contrato registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16.4. Receita de atualização do ativo de contrato

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear, com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura da concessão e considera as especificidades de cada projeto de melhorias e eficientização. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 1,01% ao mês.

16.5. Parcela variável

O contrato define uma remuneração máxima mensal que deve ser paga pelo poder concedente, porém a remuneração pode variar de acordo com algumas métricas estabelecidas atreladas a performance, desempenho, manutenção dentre outras e após a análise do verificador independente uma parcela da remuneração pode ficar comprometida de acordo com a medição de tais parâmetros de qualidade estipulados. Desta forma, a norma requer que o valor da contraprestação variável seja estimado. Para auxiliar nessa mensuração, considerando que a contraprestação a ser recebida está relacionada com uma série de fatores de qualidade e pode haver diversos cenários possíveis, a Companhia entende que o melhor método de mensuração da contraprestação variável seja o “valor esperado” (o valor mais provável).

A parcela variável pode ocorrer para a receita de construção ou modernização (nota 16.3) e/ou receita de serviços (nota 16.2). Não ocorreu parcela variável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Custos e despesas operacionais**

	2024		
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas Total
Pessoal		-	(1) (1)
Material		(773)	- (773)
Serviço de terceiros		(1.079)	- (1.079)
Aluguéis e arrendamentos		(14)	- (14)
Depreciação e amortização		-	(28) (28)
Custo de construção		(2.769)	- (2.769)
Custo de operação e manutenção - O&M		(1.613)	- (1.613)
Outras despesas operacionais		-	(2) (2)
Total		(6.248)	(31) (6.279)

	2023		
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas Total
Serviço de terceiros		(15)	- (15)
Custo de construção		(4.392)	- (4.392)
Taxas e contribuições		139	- 139
Outras despesas operacionais		-	(1) (1)
Total		(4.268)	(1) (4.269)

18. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	1	1
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo	8	-
	9	1
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(161)	(17)
Atualização de impostos e multas	(51)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(7)	(10)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(14)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	(234)	(28)
Total	(225)	(27)

19. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	-	-	(560)	(210)
Diferidos	(35)	(13)	(13)	(5)
Total	(35)	(13)	(573)	(215)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(1.009)	(1.009)	2.388	2.388
Base de cálculo	(1.009)	(1.009)	2.388	2.388
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	252	91	(573)	(215)
Prejuízo fiscal - IR e base negativa - CSLL	(287)	(104)	-	-
Total	(35)	(13)	(573)	(215)
Alíquota efetiva	3,47%	1,29%	23,99%	9,00%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	<u>Balancos patrimoniais</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Tributos diferidos ativos:</u>				
Arrendamento - CPC 06 (R2)	14	-	14	-
Provisão para materiais e serviços	466	-	466	-
	480	-	480	-
<u>Tributos diferidos passivos:</u>				
Ativo contratual da concessão	(545)	(17)	(528)	(18)
	(545)	(17)	(528)	(18)
Total	(65)	(17)	(48)	(18)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos de R\$ 480, até 31 de dezembro de 2025.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

20. Transações com partes relacionadas

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

20.1. Controladora (Enel X Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	14	(380)	(380)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Agosto de 2027		(1.904)	-	-	-
Mútuo	Novembro de 2023 a janeiro de 2025	10	(1.138)	(978)	(161)	(17)
Outras obrigações	Dezembro de 2024	12	-	(1.596)	-	-
Total			(3.422)	(2.954)	(161)	(17)

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdas em relação à fruïção de "Utilidades comuns", definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

21. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

21.1. Instrumentos financeiros

21.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.162	1.162	4	4
Contas a receber	Custo amortizado	2	386	386	1.807	1.807
Ativo contratual da concessão	Custo amortizado	2	8.920	8.920	4.986	4.986
Total do ativo			10.468	10.468	6.797	6.797
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	8.306	8.306	1.101	1.101
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	1.138	1.142	978	994
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	117	117	-	-
Total do passivo			9.561	9.565	2.079	2.095

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 21.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

21.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

21.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii), ativo contratual da concessão.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.162	4
Contas a receber	4	386	1.807
Ativo contratual da concessão	5	8.920	4.986
Total		10.468	6.797

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	10	1.138	978
Dívida		1.138	978
Caixa e equivalentes de caixa	3	(1.162)	(4)
Dívida líquida (a)		(24)	974
Patrimônio líquido (b)	14	4.963	4.100
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		-0,49%	19,20%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total de dívida e obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se: i) a mútuo com a controladora Enel X Brasil, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário; e ii) fornecedores a pagar que, se necessário, a Companhia poderá contar com o apoio financeiro do Grupo Enel.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De três a doze meses	total
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	1.138	1.138
Total	1.138	1.138

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nos indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Enel X Brasil S.A.	(1.138)	(10)	(13)	(16)	(18)	(21)
Total	(1.138)	(10)	(13)	(16)	(18)	(21)

22. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão assegurados por uma apólice de risco operacional e seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Cataguases S.A.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas abaixo:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	9.111	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

23. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

23.4 Conciliação de atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	961
Pagamento de arrendamento (principal)	11	(23)	-
Total		(23)	961